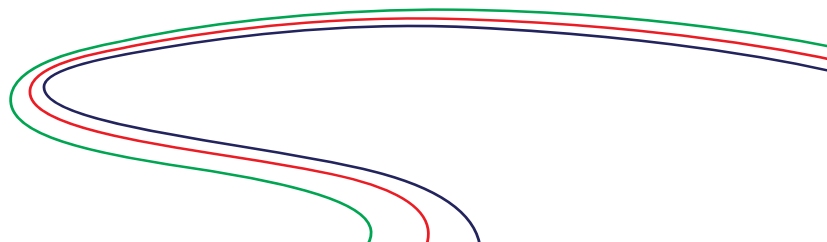
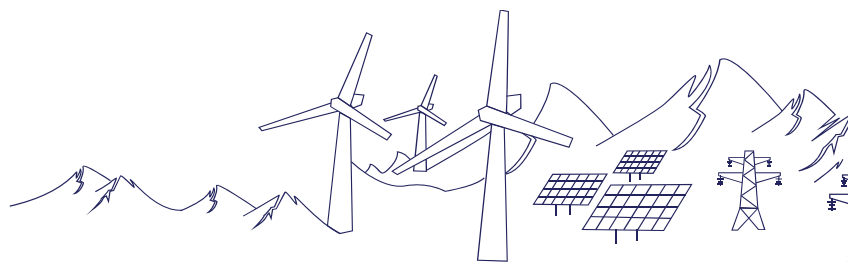




# Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

**SPIC Brasil Energia Participações S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente





# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

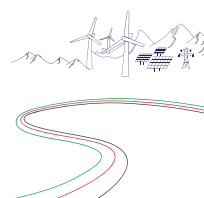
31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas

Balancos patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	10





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Companhia a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

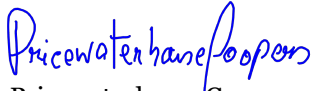


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

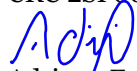
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 1BA029904/O-5

## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

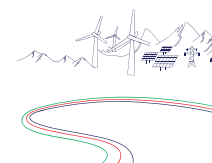
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	335.733	222.553	1.032.364	684.415
Concessionárias	6	-	-	58.208	62.659
Ativo Financeiro	7	-	-	672.811	657.649
Impostos a recuperar	8	2.445	1.243	83.247	73.069
Estoque		-	-	7.969	7.819
Dividendos e JSCP a receber	23	118.509	58.584	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	487.935	-
Outros ativos circulantes		63	-	10.334	6.551
<b>Total ativo circulante</b>		<b>456.750</b>	<b>282.380</b>	<b>2.352.868</b>	<b>1.492.162</b>
<b>Não circulante</b>					
Ativo Financeiro	7	-	-	5.263.517	5.023.691
Serviços em curso		-	-	-	2.384
Impostos a recuperar	8	-	-	186	4.588
Depósitos judiciais e cauções	9	-	-	10.303	10.171
Mútuo com partes relacionadas	10	122.140	91.397	-	-
Impostos diferidos	21	-	-	6.697	4.299
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	781.385	374.812
Partes relacionadas	10	10.773	20.559	993	13.881
Investimentos	11	1.898.004	1.816.758	-	-
Direito de uso	12	-	-	32.327	29.594
Imobilizado	13	101	-	129.701	145.223
Intangível	14	-	-	2.613.132	2.705.156
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>2.031.018</b>	<b>1.928.714</b>	<b>8.838.241</b>	<b>8.313.799</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>2.487.768</b>	<b>2.211.094</b>	<b>11.191.109</b>	<b>9.805.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

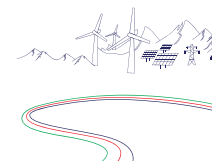
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	150	154	38.948	27.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	1.773.244	205.208
Arrendamentos	17	-	-	3.593	2.698
Obrigações sociais e trabalhistas		636	-	15.659	13.659
Impostos a recolher	18	184	63	202.419	203.486
Dividendos e JSCP	23	165.826	113.608	279.688	173.714
Encargos setoriais	19	-	-	25.923	20.276
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	61.055	96.835
Outros passivos circulantes		-	-	124	126
Provisão - Capex melhorias	22	-	-	99.336	35.178
<b>Total passivo circulante</b>		<b>166.796</b>	<b>113.825</b>	<b>2.499.989</b>	<b>778.971</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	3.702.903	4.333.690
Empréstimos com partes relacionadas	10	122.140	91.397	122.140	91.397
Arrendamentos	17	-	-	30.671	27.952
Impostos a recolher	18	-	-	350	351
Provisões	20	-	-	7.578	6.228
Impostos diferidos	21	-	-	195.965	103.759
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	63.537
Partes relacionadas	10	10.790	15.302	11.734	8.838
Provisão - Capex melhorias	22	-	-	721.907	786.185
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>132.930</b>	<b>106.699</b>	<b>4.793.248</b>	<b>5.421.937</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	23	1.630.507	1.630.507	1.630.507	1.630.507
Outros resultados abrangentes		1.223	(22.792)	1.223	(22.792)
Reservas de lucro		556.312	382.855	556.312	382.855
Participação de não controladores		-	-	1.709.830	1.614.483
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>2.188.042</b>	<b>1.990.570</b>	<b>3.897.872</b>	<b>3.605.053</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>2.487.768</b>	<b>2.211.094</b>	<b>11.191.109</b>	<b>9.805.961</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	25	11.466	-	1.642.243	1.553.595
Custo de operação	26	-	-	(381.625)	(364.185)
<b>Lucro bruto</b>		<b>11.466</b>	<b>-</b>	<b>1.260.618</b>	<b>1.189.410</b>
Resultado da equivalência patrimonial		234.334	253.264	-	-
Depreciação e amortização	26	-	-	(3.926)	(2.572)
Administrativas e gerais	26	(26.096)	(6.295)	(92.607)	(67.622)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>219.704</b>	<b>246.969</b>	<b>1.164.055</b>	<b>1.119.216</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	27				
Receitas financeiras		6.265	6.014	24.743	29.070
Despesas financeiras		(293)	(203)	(398.036)	(404.717)
Variação monetária/cambial líquida		-	(95)	(68.176)	(9.223)
		<b>5.972</b>	<b>5.716</b>	<b>(441.469)</b>	<b>(384.870)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>225.676</b>	<b>252.685</b>	<b>722.586</b>	<b>734.346</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	(188.937)	(191.513)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	(65.550)	(53.153)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>225.676</b>	<b>252.685</b>	<b>468.099</b>	<b>489.680</b>
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(242.423)	(236.995)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>225.676</b>	<b>252.685</b>	<b>225.676</b>	<b>252.685</b>
<b>Lucro por ação</b>	24				
Quantidade de ações no final do exercício		1.630.507	1.630.507	1.630.507	1.630.507
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,1384	0,1550	0,2871	0,3003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



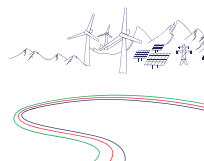


## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>225.676</u>	<u>252.685</u>	<u>225.676</u>	<u>252.685</u>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado</b>				
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:	36.386	(34.327)	36.386	(34.327)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(12.371)</u>	<u>11.671</u>	<u>(12.371)</u>	<u>11.671</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><b>249.691</b></u>	<u><b>230.029</b></u>	<u><b>249.691</b></u>	<u><b>230.029</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

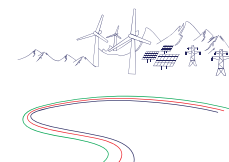


## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>Capital social</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Reserva de lucros</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>	<b>Não controladores</b>	<b>Total consolidado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.630.372</b>	<b>(136)</b>	<b>189.572</b>	<b>-</b>	<b>1.819.808</b>	<b>1.614.615</b>	<b>3.434.423</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	252.685	252.685	236.995	489.680
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	(34.327)	-	-	(34.327)	(32.981)	(67.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	11.671	-	-	11.671	11.214	22.885
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	12.478	(12.478)	-	-	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(59.267)	(59.267)	-	(59.267)
Destinação para reserva de lucros	135	-	180.805	(180.940)	-	(215.360)	(215.360)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.630.507</b>	<b>(22.792)</b>	<b>382.855</b>	<b>-</b>	<b>1.990.570</b>	<b>1.614.483</b>	<b>3.605.053</b>
Ajuste exercício anterior	-	-	(714)	-	(714)	-	(714)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	225.676	225.676	242.423	468.099
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	36.386	-	-	36.386	34.959	71.345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(12.371)	-	-	(12.371)	(11.886)	(24.257)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.434	(11.284)	150	-	150
Reversão da destinação de dividendos	-	-	2.093	-	2.093	-	2.093
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(53.598)	(53.598)	-	(53.598)
Destinação para reserva de lucros	-	-	160.644	(160.794)	(150)	(170.149)	(170.299)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.630.507</b>	<b>1.223</b>	<b>556.312</b>	<b>-</b>	<b>2.188.042</b>	<b>1.709.830</b>	<b>3.897.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	225.676	252.685	722.586	734.346
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(234.334)	(253.264)	-	-
Ativo financeiro	-	-	(1.226.700)	(1.103.207)
Depreciações e amortizações	-	-	114.211	86.973
Amortização de juros capitalizados	-	-	170	202
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(33.066)	(186)	-	-
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	307
Encargos de dívidas e variações cambiais e monetárias sobre empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	33.066	186	391.211	403.808
Arrendamentos e aluguéis - AVP	-	-	2.643	2.595
CAPEX melhoria - AVP	-	-	70.250	5.924
Provisão para descomissionamento	-	-	1.302	395
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	47	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	-	-	5.482	5.210
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-	-	(205)	(478)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-	-	(424)	(1.763)
	<u>(8.658)</u>	<u>(579)</u>	<u>80.573</u>	<u>134.312</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>				
Consumidores e concessionárias	-	-	4.450	5.727
Ativo financeiro	-	-	971.712	914.490
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.201)	(1.058)	(3.793)	158.948
Estoques	-	-	(341)	(7.288)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	-	-	(1.196)	(1.197)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	74	1.011
Outros ativos operacionais	(63)	9.591	(1.333)	8.615
	<u>(1.264)</u>	<u>8.533</u>	<u>969.573</u>	<u>1.080.306</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>				
Fornecedores	(4)	(7.028)	11.158	4.482
Obrigações sociais e trabalhistas	636	-	1.999	8.575
Impostos e contribuições sociais	273	48	(4.970)	(127.948)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(409)
Encargos regulamentares e setoriais	-	-	166	1.669
Partes relacionadas	-	-	-	(32)
Outras contas a pagar	-	15.302	(8)	10.779
	<u>905</u>	<u>8.322</u>	<u>8.345</u>	<u>(102.884)</u>
<b>Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(9.017)</b>	<b>16.276</b>	<b>1.058.491</b>	<b>1.111.734</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(152)	-	(186.593)	(61.222)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(324.307)	(392.592)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(9.169)</b>	<b>16.276</b>	<b>547.591</b>	<b>657.920</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Dividendos recebidos	117.167	218.809	-	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	(101)	-	(7.153)	(13.281)
Adições CAPEX melhorias	-	-	(64.870)	(3.840)
Partes relacionadas	5.283	(111.955)	12.810	(111.688)
<b>Caixa líquido recebido (aplicados nas) atividades de investimento</b>	<b>122.349</b>	<b>106.854</b>	<b>(59.213)</b>	<b>(128.809)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(116.393)	(206.406)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	91.211	-	1.245.543
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(18.585)	(1.117.130)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	-	-	(5.451)	(4.906)
<b>Caixa líquido provenientes das (aplicados) nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>91.211</b>	<b>(140.429)</b>	<b>(82.899)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>113.180</b>	<b>214.341</b>	<b>347.949</b>	<b>446.212</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	335.733	222.553	1.032.364	684.415
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	222.553	8.212	684.415	238.203
	<u>113.180</u>	<u>214.341</u>	<u>347.949</u>	<u>446.212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

### UHE São Simão S.A.

A Companhia é controladora direta da UHE São Simão S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta empresa, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

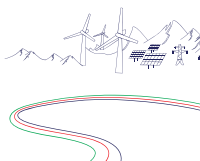
### *Contrato de concessão*

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões, onde a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina São Simão, e foi alocada no regime cotas de suas garantias físicas de energia e de potência. A Companhia assinou o Contrato de Concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica nº 001/2017 em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos.

A capacidade instalada da Usina é de 1710 MWm, sendo a energia assegurada de 1202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

### Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A. e Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A.. Também detém 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda. Suas controladas possuem os seguintes objetos sociais:

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.

A energia gerada por esses parques é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

## SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

A companhia é controladora da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. adquirida em 02 de dezembro de 2020 (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”) assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia.

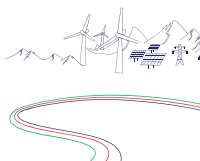
## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

Em 02 de Março de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### **2.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia considerou as diretrizes contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.



## 2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Critério de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas UHE São Simão Energia S.A., Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.. Todos os saldos e transações com a empresa controlada são eliminados no processo de consolidação.

### *Moeda estrangeira*

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

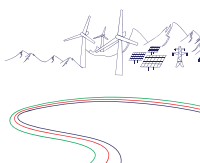
Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

## 2.4 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;



ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

## 2.5 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

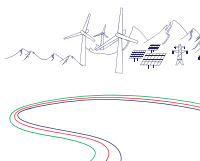
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 6); Ativo financeiro (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões para Capex melhorias (Nota 22); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29)

## 2.6 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$147.121 (R\$713.191 positivo em 2019), decorrente principalmente, pelo vencimento na controlada UHE São Simão, em outubro de 2021 de parte da dívida em moeda estrangeira com a mutuária que é parte relacionada Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, líquida dos derivativos contratados





para proteção da exposição ao câmbio.

Referente a dívida mencionada acima no valor líquido de R\$1.109.230, sendo R\$1.597.165 deduzido dos derivativos com vencimento em 01/11/2021 nos valores de R\$ 325.485 (HSBC Brasil S.A.) e R\$162.450 (Banco JP Morgan S.A.) (Nota 16), a Companhia dispõe de algumas alternativas para refinanciamento através de dívida bancária e mercado de capitais local e internacional. Em função das baixas taxas de juros tanto no mercado local como no mercado internacional, a Administração irá analisar qual será o melhor momento e a melhor alternativa de refinanciamento.

Dentre as opções citadas, a controlada tem a possibilidade de um retap da dívida atual; refinar através de dívida local via balanço de bancos tendo a disposição linhas de crédito pré-aprovadas com os cinco maiores bancos Brasileiros; dívida com bancos internacionais através de synthetic loans; ou mesmo via debênture de infraestrutura.

No quarto trimestre de 2020, a controlada reafirmou sua nota máxima de rating (BrAAA) pela S&P, confirmando a saúde financeira para com o mercado de capitais.

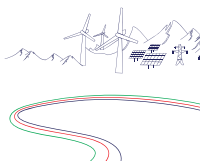
Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### 2.7 Efeitos do GSF – *Generation Scaling Factor* na controlada UHE São Simão

A Lei nº 14.052, publicada em 09/09/2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08/12/2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica. Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

No decorrer do processo de regulamentação pela ANEEL, que culminou com a publicação da Resolução Normativa nº 895/2020 (“Resolução”), a CCEE efetuou, a pedido da ANEEL, cálculos preliminares do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública, divulgados no site da Agência em outubro/2020.





Determinados fatores considerados para o cálculo inicial da CCEE foram, em alguma medida, alterados pela ANEEL na homologação da versão final da regulação, hoje vigente e que subsidia os cálculos que, nesta data, estão em elaboração pela Câmara. Adicionalmente, alguns fatores para o correto cálculo da extensão da outorga não são conhecidos pela Companhia, principalmente quanto aos efeitos causados pelas UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio (as chamadas “usinas estruturantes”), restrições originadas pela não conclusão, por empresas de transmissão, de obras de linhas e instalações para escoamento da UHE Belo Monte. A esse respeito, vale dizer que em função do período de concessão da Companhia, esses dados de entrada, apurados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e enviados diretamente à Câmara para serem considerados no cálculo e no processamento dos valores finais de compensação, sem divulgação pública ou aos agentes são relevantes na determinação do tempo total estimado de extensão de outorga e na apuração de recuperação de custos.

Portanto, é impraticável uma estimativa com segurança por parte da administração, restando aguardar a CCEE disponibilizar e efetuar os cálculos finais, considerando todos os parâmetros dados pela Resolução, de compensação aplicável aos agentes titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

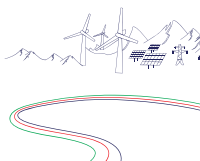
Até a data de divulgação desta Demonstração Contábil, não havia confirmação de que os cálculos já haviam sido concluídos pela CCEE e enviados para a ANEEL. Essa etapa está prevista para ocorrer, até 03/03/2021, e a ANEEL divulgará até 02/04/2021, com o início da adesão pelos agentes. Em posse dos números divulgados, as informações serão submetidas à aprovação da Administração para adesão e registro do ativo regulatório. Vale ressaltar que a controlada UHE São Simão não possui ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, tão pouco qualquer obrigação em relação ao tema.

Desse modo, concluímos que o cálculo prévio publicado pela CCEE em outubro/2020 não considera todos os parâmetros dados pela Resolução, e assim, o registro será efetuado a partir da divulgação da extensão pela ANEEL, previsto para 02/04/2021.

### 2.8 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Companhia está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o



momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações contábeis:

a) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Companhia avaliou a posição do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores.

b) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

c) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

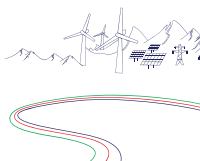
d) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – covenants

A Companhia avaliou os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2020 atendeu adequadamente as obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento. Ainda, a Companhia avaliou os seus índices de liquidez.

Por fim, até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.

### 3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.



## 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## 3.2. Contas a receber de clientes

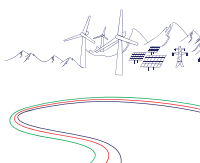
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das controladas.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia firmados entre suas controladas nos ambientes Livre e Regulado. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia e suas controladas consideraram que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e as controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber derivados de seus contratos.

## 3.3. Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e (c) um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.



### 3.3.1. Ativos financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

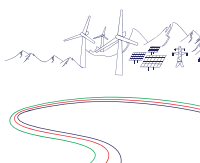
### 3.3.2. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

### 3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros



A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

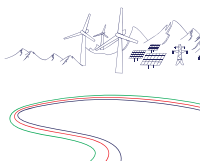
Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia e suas controladas, através de teste de *impairment*, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos imobilizados e intangíveis.

### 3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou



decisões de tribunais.

## Provisões para CAPEX melhorias

As provisões constituídas como CAPEX melhoria são compostas dos fluxos de pagamentos futuros, trazidos a valor presente, dos gastos estimados com os investimentos que serão aplicados na usina São Simão pelos próximos 10 anos como forma de modernização da usina hidrelétrica de modo a manter a garantia física conforme contrato de concessão. A movimentação deste fluxo está apresentada na nota explicativa nº 22.

## Provisões para descomissionamento

Provisões para descomissionamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Esta provisão é constituída nas usinas de energia eólica para cumprir com as responsabilidades relativas a reposição dos terrenos, devido à existência de um contrato de arrendamento que determina que suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições iniciais.

### **3.6. Ativos intangíveis**

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria.

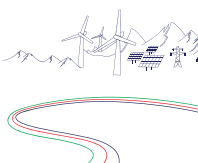
#### Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### Amortização

Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em maio de 2048.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para a Bonificação de Outorga e o CAPEX melhoria é de 28 anos.





### 3.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### 3.8. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

### 3.9. Imposto de renda e contribuição social

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

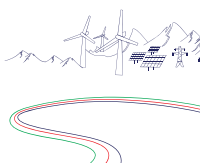
Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias



dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 3.10. Instrumentos financeiros

#### Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao





longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação do risco de perda associado a realização dos créditos ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

## Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

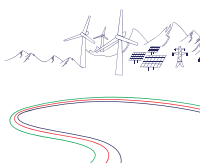
A nota explicativa nº 16 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

## Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas



reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

## 3.11. Arrendamentos

### CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

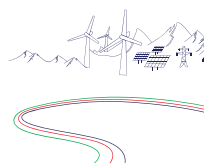
Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem prospectiva, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia.

## 3.12. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda



não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia e suas controladas concluíram que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia e suas controladas entendem que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

#### 4. Combinação de Negócios sobre controle comum

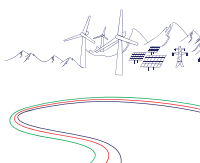
Em 01 de agosto de 2019, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. pelo valor de R\$ 114.806 referente ao Patrimônio Líquido registrado conforme laudo de avaliação. Nesta data a Companhia assinou Instrumento particular de assunção de dívida que a adquirida mantinha com a antiga matriz.

Por definição de política contábil do grupo a Companhia adotou o “*predecessor accounting method*”, rerepresentando suas demonstrações contábeis para refletir os valores da aquisição ocorrida em 2017 pela controladora final do grupo SPIC Green Energy Ltd. a qual gerou um ágio na operação no valor de R\$ 15.111.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixas e Bancos	2	3	3.529	3.688
Aplicações financeiras de curto prazo	335.731	222.550	1.028.835	680.727
	<b>335.733</b>	<b>222.553</b>	<b>1.032.364</b>	<b>684.415</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa entre 96% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.



## 6. Concessionárias

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Corrente a Vencer</b>			
	<b>Até 60 dias</b>	<b>Mais de 60 dias</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2020</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>				
Suprimento de energia elétrica	45.440	10.286	55.726	60.317
Energia de curto prazo - CCEE	2.482	-	2.482	2.342
<b>Total Circulante</b>	<b>47.922</b>	<b>10.286</b>	<b>58.208</b>	<b>62.659</b>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres. Não há saldos em atraso, bem como o risco de crédito é irrelevante em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 7. Ativo financeiro

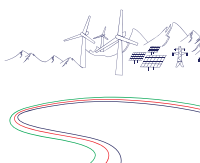
Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da controlada ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a UHE São Simão fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes foram reduzidos para 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG.

Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587 de 23 de julho de 2019, sendo R\$ 599.144



referente a parcela da RBO e R\$ 178.047 referente a GAG.

Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados em 2020, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746 de 28 de julho de 2020, sendo R\$ 611.920 referente a parcela da RBO e R\$ 181.844 referente a GAG.

Com base nas características do contrato de concessão, a UHE São Simão concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

Com base nesse entendimento, a UHE São Simão aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da UHE São Simão de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. Esta taxa de desconto foi revisada em 2019 para refletir o modelo de negócio adotado pela UHE São Simão que é receber os fluxos de caixa da RBO e GAG O&M e CAPEX melhorias.

A UHE São Simão classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da UHE São Simão para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Receita financeira</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>(-) Faturamento RAG</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo financeiro - RBO	6.144.546	633.398	264.643	(663.967)	6.378.620
Ativo financeiro - GAG	115.884	427.972	25.723	(406.790)	162.789
(-) PIS/COFINS	(579.090)	(98.177)	(26.859)	99.045	(605.081)
<b>Total</b>	<b><u>5.681.340</u></b>	<b><u>963.193</u></b>	<b><u>263.507</u></b>	<b><u>(971.712)</u></b>	<b><u>5.936.328</u></b>
Circulante	657.649				672.811
Não Circulante	5.023.691				5.263.517
Total	<b><u>5.681.340</u></b>				<b><u>5.936.328</u></b>



## 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	-	-	1.109	4.986
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	152	-	51.917	49.467
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	-	-	8.958	3.142
Outros impostos e tributos a recuperar (i)	2.293	1.243	21.449	20.062
	<b>2.445</b>	<b>1.243</b>	<b>83.433</b>	<b>77.657</b>
Ativo circulante	2.445	1.243	83.247	73.069
Ativo não circulante	-	-	186	4.588
	<b>2.445</b>	<b>1.243</b>	<b>83.433</b>	<b>77.657</b>

(i) referem-se a IRPJ e CSLL a recuperar referente aos anos de 2017 e 2018 e IRRF sobre aplicações financeiras de 2020.

## 9. Cauções e depósitos judiciais

	Consolidado	
	Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais	282	282
Santander - conta reserva (i)	6.991	6.937
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	3.030	2.952
Total	<b>10.303</b>	<b>10.171</b>

- (i) Os depósitos vinculados no montante de R\$6.991 em 31 de dezembro de 2020 (R\$6.937 em 2019) referem-se substancialmente à aplicação financeira realizada pela controlada Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. no Fundo Santander cash green (antigo Fundo Western Asset Soberano em 2017), e será mantida até a data do vencimento do empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em junho de 2023; e
- (ii) Os depósitos vinculados no montante de R\$3.030 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.952 em 2019) referem-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pela controlada Millennium, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Empresa até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil.



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Balanco patrimonial</b>					
<b>Ativo</b>					
UHE São Simão Energia	Dividendos	118.509	58.584	-	-
ZHEJIANG Energy International	Custos compartilhados	-	9.054	-	9.054
ZLCFB - Hong Kong Intern Invest Coop	Custos compartilhados	-	1.811	-	1.811
CPD Energy Investment CO	Custos compartilhados	-	1.811	-	1.811
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	122.140	91.397	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	10.773	7.884	-	-
Pacific Hydro Australia - WHT	Reembolso de custos de projetos	-	-	748	748
SPIC - Proj. Jasmine	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	-
Global Tender Offer	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	376
SPIC	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	118
SPIC - Projeto Sambaqui	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	387
SPIC - Brasil Participações	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	1.418
SPIC - Projeto SAE	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	85
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	245	458
<b>Passivo</b>					
SPIC Green Energy Ltd	Dividendos	165.826	113.608	-	-
Pacific Hydro International	Reembolso de custos de projetos	-	-	942	942
Pacific Hydro Chile	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	12
Outros	Custos compartilhados	-	-	29	-
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	122.140	91.397	122.140	91.397
Spic Luxembourg Latin America					
Renewable Energy Investment Company S.À.R.L	Mútuo	-	-	4.207.476	3.291.879
SPIC Pacific Hydro PTY	Reembolso de custos de projetos	10.763	7.884	10.763	7.884
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	27	7.418	-	-
<b>Resultado</b>					
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	(1.146)	-	-	-
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	(32.775)	(7.210)	(32.775)	(7.210)
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	32.775	7.210	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração dos administradores no consolidado totalizou R\$4.388 (R\$4.280 em 2019).

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2020 e 2019.





# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

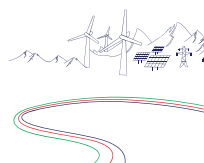
## 11. Investimento

a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	2020	2019	Percentual de participação	Ativo	Passivo 2020	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	1.779.618	1.680.379	51%	10.505.777	10.505.777	3.489.448	494.741
Pacific Hydro Energia do Brasil	118.395	136.379	100%	332.303	332.303	103.284	(17.984)
SPIC Térmicas	(9)	-	100%	-	9	(9)	-
<b>Total Investimentos</b>	<b><u>1.898.004</u></b>	<b><u>1.816.758</u></b>					

b. Movimentação do investimento:

	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Outros resultados abrangentes	MEP	Dividendos a receber	Saldo em 31/12/2020
São Simão Energia	1.680.379		24.014	252.318	(177.093)	1.779.618
Pacific Hydro Energia do Brasil	136.379		-	(17.984)	-	118.395
SPIC Térmicas	-	(9)				(9)
<b>Total</b>	<b><u>1.816.758</u></b>	<b><u>(9)</u></b>	<b><u>24.014</u></b>	<b><u>234.334</u></b>	<b><u>(177.093)</u></b>	<b><u>1.898.004</u></b>





## 12. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Notas 3.10 e 17). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das empresas Vale dos Ventos e Millennium.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguéis relativo às sedes das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

### a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas médias de depreciação %	Consolidado		
		Custo histórico	31/12/2020 Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	25.234	(4.467)	20.767
		25.234	(4.467)	20.767
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	11,44%	13.828	(2.384)	11.444
Aluguéis de imóveis	32,31%	319	(203)	116
		14.147	(2.587)	11.560
<b>Total direito de uso</b>		<b>39.381</b>	<b>(7.054)</b>	<b>32.327</b>

	Taxas médias de depreciação %	Consolidado		
		Custo histórico	31/12/2019 Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	20.869	(2.096)	18.772
		20.869	(2.096)	18.772
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	11,44%	11.788	(1.171)	10.617
Aluguéis de imóveis	32,31%	303	(98)	205
		12.091	(1.269)	10.822
<b>Total direito de uso</b>		<b>32.960</b>	<b>(3.365)</b>	<b>29.594</b>

### b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2019	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	10.617	2.040	(1.213)	11.444
Aluguéis de imóveis	18.977	4.382	(2.476)	20.883
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>29.594</b>	<b>6.422</b>	<b>(3.689)</b>	<b>32.327</b>

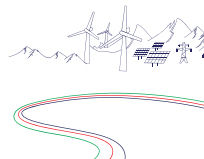


### **13. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015 e são condizentes com a vida útil estimada pela administração. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

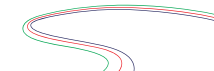


# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a. Composição do Imobilizado

Imobilizado	Taxas médias de depreciação %	Controladora						
		31/12/2020			31/12/2019			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão		101		101			-	
Total do imobilizado em curso		101	-	101		-	-	
Total do Imobilizado		101	-	101		-	-	
Imobilizado	Taxas médias de depreciação %	Consolidado						
		31/12/2020			31/12/2019			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41%	382	(31)	351	3,41%	382	(18)	364
Máquinas e equipamentos	9,07%	4.035	(473)	3.562	9,07%	2.813	(263)	2.550
Veículos		260	(19)	241		-	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	598	(50)	548	6,25%	329	(20)	309
Outros		-	-	-		-	-	-
		<b>5.275</b>	<b>(573)</b>	<b>4.702</b>		<b>3.524</b>	<b>(301)</b>	<b>3.223</b>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.292	(278)	3.014	3,33%	3.292	(165)	3.127
Máquinas e equipamentos	12,99%	2.967	(889)	2.078	12,99%	2.699	(489)	2.210
Veículos		-	-	-		-	-	-
Móveis e utensílios	6,25%	273	(22)	251	6,25%	241	(6)	235
		<b>6.532</b>	<b>(1.189)</b>	<b>5.343</b>		<b>6.232</b>	<b>(660)</b>	<b>5.572</b>
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		602	-	602		602	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,51%	23.785	(14.706)	9.079	11,51%	23.613	(13.455)	10.158
Máquinas e equipamentos	10,11%	258.011	(156.510)	101.501	10,11%	256.925	(143.341)	113.584
Veículos	20,00%	410	(329)	81	20,00%	410	(249)	161
Móveis e utensílios	10,44%	693	(240)	453	10,44%	692	(178)	514
Descomissionamento	10,10%	5.422	(1.458)	3.964	10,10%	5.422	(973)	4.449
		<b>288.923</b>	<b>(173.243)</b>	<b>115.680</b>		<b>287.664</b>	<b>(158.196)</b>	<b>129.468</b>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>300.730</b>	<b>(175.005)</b>	<b>125.725</b>		<b>297.420</b>	<b>(159.157)</b>	<b>138.263</b>
Imobilizado em curso								
Geração		2.383	-	2.383		6.762	-	6.762
Administração		996	-	996		198	-	198
Atividades não vinculadas à concessão		496	101	597		-	-	-
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>3.875</b>	<b>101</b>	<b>3.976</b>		<b>6.960</b>	<b>-</b>	<b>6.960</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>304.605</b>	<b>(174.904)</b>	<b>129.701</b>		<b>304.380</b>	<b>(159.157)</b>	<b>145.223</b>



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

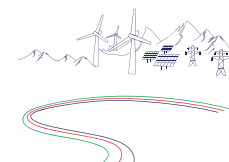
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b. Movimentação do Imobilizado

Imobilizado	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em curso			
Outros	-	101	101
Total do imobilizado em curso	-	101	101
Total do imobilizado	-	101	101

## Consolidado

Tangível	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Transf. para reparo	Reclassificação	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.649	-	-	(1.378)	-	-	173	12.444
Máquinas e equipamentos	118.345	1.310	304	(13.782)	(15)	(42)	1.021	107.141
Veículos	440	260	-	(99)	-	-	-	601
Móveis e utensílios	778	192	69	(108)	-	42	-	973
Descomissionamento	4.449	-	-	(485)	-	-	-	3.964
Total do imobilizado em serviço	137.661	1.762	373	(15.852)	(15)	-	1.194	125.123
Imobilizado em curso								
Terrenos	602	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	6.922	1.415	(304)	-	141	(5.500)	-	2.674
Veículos	-	598	-	-	-	-	-	598
Móveis e utensílios	23	340	(69)	-	-	-	-	294
Outros	15	395	-	-	-	-	-	410
Total do imobilizado em curso	7.562	2.748	(373)	-	141	(5.500)	-	4.578
Total do imobilizado	145.223	4.510	-	(15.852)	126	(5.500)	1.194	129.701



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Consolidado

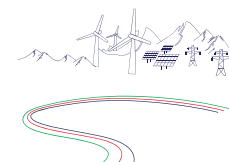
	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Transf. para reparo	Reclassificação	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Tangível</b>									
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.220	-	283	(1.359)	-	-	6.332	173	13.649
Máquinas e equipamentos	140.837	964	544	(13.696)	(138)	(45)	(11.146)	1.024	118.345
Veículos	242	-	-	(81)	-	-	279	-	440
Móveis e utensílios	635	29	192	(83)	-	-	5	-	778
Descomissionamento	4.935	-	-	(486)	-	-	-	-	4.449
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>154.869</b>	<b>993</b>	<b>1.020</b>	<b>(15.705)</b>	<b>(138)</b>	<b>(45)</b>	<b>(4.530)</b>	<b>1.197</b>	<b>137.661</b>
Imobilizado em curso									
Terrenos	541	61	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	78	205	(283)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	236	7.931	(545)	-	(169)	(531)	-	-	6.922
Móveis e utensílios	-	215	(192)	-	-	-	-	-	23
Outros	-	15	-	-	-	-	-	-	15
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>855</b>	<b>8.427</b>	<b>(1.020)</b>	<b>-</b>	<b>(169)</b>	<b>(531)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.562</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>155.724</b>	<b>9.420</b>	<b>0</b>	<b>(15.705)</b>	<b>(307)</b>	<b>(576)</b>	<b>(4.530)</b>	<b>1.197</b>	<b>145.223</b>

## 14. Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

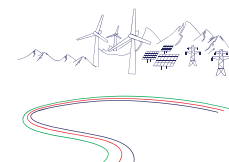
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		2020			2019		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.594	(943)	651	1.595	(864)	731
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(4.473)	3.087	7.560	(4.095)	3.465
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	5.493	(2.025)	3.468	5.492	(984)	4.508
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.931.420	(170.476)	1.760.944	1.931.420	(106.052)	1.825.368
CAPEX melhorias	3,51%	819.279	(31.142)	788.137	819.279	(2.396)	816.883
Intangível em curso							
Projeto Paraíso Azul		10.950	-	10.950	10.521	-	10.521
Projeto Paraíso Farol		21.920	-	21.920	20.788	-	20.788
Outros projetos		-	-	-	40	-	40
Software		1.565	-	1.565	442	-	442
<b>Total intangível</b>		<b>2.822.191</b>	<b>(209.059)</b>	<b>2.613.132</b>	<b>2.819.547</b>	<b>(114.391)</b>	<b>2.705.156</b>

## b. Movimentação do Intangível

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Intangível em serviço				
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	731	-	(80)	651
Gastos pré-operacionais	3.465	-	(378)	3.087
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	22.410
Software (iii)	4.508	-	(1.041)	3.467
Direito de concessão – Outros (iii)	1.825.368	-	(64.425)	1.760.943
CAPEX melhorias (iv)	816.883	-	(28.746)	788.137
Intangível em curso				
Projeto Paraíso Azul (v)	10.521	430	-	10.951
Projeto Paraíso Farol (v)	20.788	1.132	-	21.920
Outros projetos	40	(40)	-	-
Software (iii)	442	1.124	-	1.566
	<b>2.705.156</b>	<b>2.646</b>	<b>(94.670)</b>	<b>2.613.132</b>



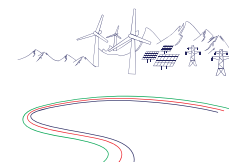
# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Amortização	Transf. Para intangível em serviço	Reclassificação	
<b>Intangível em serviço</b>						
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	747	-	(79)	-	63	731
Gastos pré-operacionais	-	-	(378)	-	3.843	3.465
Ágio no Investimento (ii)	22.410	-	-	-	-	22.410
Software (iii)	154	-	(626)	4.356	624	4.508
Direito de concessão – Outros (iii)	1.889.793	-	(64.425)	-	-	1.825.368
CAPEX melhorias (iv)	-	819.279	(2.396)	-	-	816.883
<b>Intangível em curso</b>						
Projeto Paraíso Azul (v)	10.161	360	-	-	-	10.521
Projeto Paraíso Farol (v)	19.160	1.628	-	-	-	20.788
Outros projetos	-	40	-	-	-	40
Software (iii)	2.903	1.895	-	(4.356)	-	442
	<u>1.945.328</u>	<u>823.202</u>	<u>(67.904)</u>	<u>-</u>	<u>4.530</u>	<u>2.705.156</u>

- (i) No consolidado foram reconhecidos gastos com pesquisa e desenvolvimento da planta de geração de energia eólica na controlada Vale dos Ventos. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de 20 anos, correspondente à vida útil estimada do parque industrial construído para a geração de energia eólica.
- (ii) O ágio foi gerado quando da aquisição das empresas Millennium, Vale dos Ventos e Energia Limpa e não são amortizados. O saldo de ágio está suportado por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Empresa procedeu a testes de recuperabilidade desse ágio, tendo por base o método de projeção de fluxos de caixa, constatando que não há necessidade de reconhecimentos de nenhuma perda no valor recuperável.
- (iii) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.
- (iv) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 22.
- (v) Na controlada Pacific Hydro foram reconhecidos nos Projetos Paraíso Azul, Paraíso Farol e outros demais projetos os gastos no montante acima exposto relativos às despesas com desenvolvimento referentes ao desenho e implantação de novos processos para a geração de energia eólica. Estes gastos não são amortizados, pois ainda estão em fase de desenvolvimento.

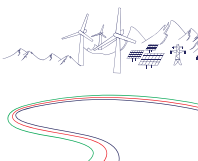
A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas apenas na controlada UHE São Simão são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.



## 15. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	18.659	16.978
Materiais e Serviços	150	154	20.289	10.813
	<b>150</b>	<b>154</b>	<b>38.948</b>	<b>27.791</b>





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos**

	Empresa	31/12/2020			31/12/2019				
		Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal	Total
		Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Circulante	Não Circulante	
<b>Moeda nacional</b>									
BNP Paribas (i)	UHE São Simão	4.448		199.838	204.286	1.417		199.741	201.158
Banco Nordeste do Brasil S.A. (ii)	Millennium	3	2.142	11.464	13.609	8	1.890	13.606	15.504
BNDES (iii)	Vale dos Ventos	142	18.503	28.845	47.490	217	17.555	46.317	64.089
<b>Total</b>		<b>4.593</b>	<b>20.645</b>	<b>240.147</b>	<b>265.385</b>	<b>1.642</b>	<b>19.445</b>	<b>259.664</b>	<b>280.751</b>
<b>Moeda estrangeira</b>									
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (iv)	UHE São Simão	146.454		2.463.857	2.610.311	114.329		1.924.040	2.038.369
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (iv)	UHE São Simão	15.310	1.581.855		1.597.165	64.771		1.188.739	1.253.510
<b>Total</b>		<b>161.764</b>	<b>1.581.855</b>	<b>2.463.857</b>	<b>4.207.476</b>	<b>179.100</b>		<b>3.112.779</b>	<b>3.291.879</b>
<b>Debêntures</b>									
Pentagono Trustee - Tranche 1 (v)	UHE São Simão	3.614		800.121	803.735	3.536		762.786	766.322
Pentagono Trustee - Tranche 2 (v)	UHE São Simão	773		198.778	199.551	1.485		198.461	199.946
<b>Total</b>		<b>4.387</b>		<b>998.899</b>	<b>1.003.286</b>	<b>5.021</b>		<b>961.247</b>	<b>966.268</b>
<b>Derivativos</b>									
Bank of America Merrill Lynch (vi)	UHE São Simão	18.222			18.222	28.169		19.333	47.502
Banco Bradesco S.A. (vi)	UHE São Simão	6.120			6.120	9.435		6.482	15.917
JPMorgan Chase Bank (vi)	UHE São Simão	36.713			36.713	57.451		37.722	95.173
HSBC Brasil S.A. (vi)	UHE São Simão				-	1.780			1.780
<b>Total</b>		<b>61.055</b>			<b>61.055</b>	<b>96.835</b>		<b>63.537</b>	<b>160.372</b>
<b>Total de dívidas</b>		<b>231.799</b>	<b>1.602.500</b>	<b>3.702.903</b>	<b>5.537.202</b>	<b>282.598</b>	<b>19.445</b>	<b>4.397.227</b>	<b>4.699.270</b>

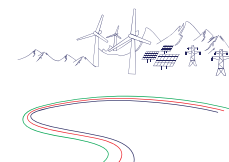
- (i) Contratação de dívida no montante total de: R\$200.000 junto ao BNP Paribas, com vencimento em 18 de agosto de 2022.
- (ii) Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa fixa de 9.5% a.a. capitado junto ao Banco do Nordeste (BNB), com vencimento previsto em 29 de maio de 2026.
- (iii) Contrato de financiamento, em moeda local, com juros indexados à TJLP + 2.87% a.a., observadas as regras estabelecidas no contrato obtido junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vencimento previsto em 15 de junho de 2023 Contrato de financiamento, em moeda local, com juros indexados à TJLP + 2.87% a.a., observadas as regras estabelecidas no contrato obtido junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vencimento previsto em 15 de junho de 2023.
- (iv) Contratação de empréstimos em moeda estrangeira (USD) totalizando o montante de R\$2.956.308 junto ao Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, sendo R\$1.101.733 ao custo de USD + 5,4706% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2021 e R\$1.854.575 ao custo de USD + 5,8588% a.a. com vencimento para 24 de outubro de 2023.
- (v) 1ª. Emissão de debêntures, em duas séries com rating 'BrAAA', a primeira (UHSM11) debênture incentivada (Lei 12.431/11) no volume de R\$ 775.000.000 ao custo de IPCA + 3.54 a.a., com vencimento em 15/11/2029, a segunda (UHSM21) debênture simples no volume de R\$ 200.000.000 ao custo de CDI+0,58% a.a., com vencimento em 15/11/2024. As duas emissões foram dispensadas da Instrução CVM 476/09.
- (vi) Contratação de 06 Swaps, sendo dois com a instituição JPMorgan Chase Bank e Bank of America Merrill Lynch (BAML), e um com as instituições HSBC Brasil S.A. (HSBC) e Banco Bradesco S.A. (Bradesco).



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	<u>Valor líquido em 31/12/2019</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros provisionados</u>	<u>Transferência</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>	<u>Amortização do custo de transação</u>	<u>Variação monetária e cambial</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	19.616	(18.585)	-	1.693.458	31.869	-	(123.728)	1.602.630
Juros	180.742	(263.931)	275.202	-	(25.657)	-	-	166.356
Custo de transação	(171)	-	-	(130)	-	171	-	(130)
Swap	96.835	(25.041)	9.836	-	(20.575)	-	-	61.055
Debêntures								
Principal	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	5.021	(35.211)	34.578	-	-	-	-	4.388
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b><u>302.043</u></b>	<b><u>(342.768)</u></b>	<b><u>319.616</u></b>	<b><u>1.693.328</u></b>	<b><u>(14.363)</u></b>	<b><u>171</u></b>	<b><u>(123.728)</u></b>	<b><u>1.834.299</u></b>
<b>Não circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos								
Principal	3.372.970	-	-	(1.693.458)	(5.491)	-	1.030.283	2.704.304
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(526)	-	-	130	-	97	-	(299)
Swap	63.537	-	-	-	(63.537)	-	-	-
Debêntures								
Principal	981.225	-	-	-	-	-	35.161	1.016.386
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(19.979)	-	-	-	-	2.491	-	(17.488)
	<b><u>4.397.227</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(1.693.328)</u></b>	<b><u>(69.028)</u></b>	<b><u>2.588</u></b>	<b><u>1.065.444</u></b>	<b><u>3.702.903</u></b>



# SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.118.609	-	(1.117.130)	-	235	17.902	-	-	-	19.616
Juros	180.713	-	(277.121)	274.465	-	-	2.685	-	-	180.742
Custo de transação	(203)	-	-	-	-	(170)	-	202	-	(171)
Swap	114.908	-	(115.471)	114.204	-	-	(16.806)	-	-	96.835
Debêntures										
Principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	5.021	-	-	-	-	-	5.021
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1.414.027</b>	<b>-</b>	<b>(1.509.722)</b>	<b>393.690</b>	<b>235</b>	<b>17.732</b>	<b>(14.121)</b>	<b>202</b>	<b>-</b>	<b>302.043</b>
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	3.030.605	200.000	-	-	-	(17.902)	24.610	-	135.657	3.372.970
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(437)	(275)	-	-	-	170	-	16	-	(526)
Swap	-	-	-	-	-	-	18.522	-	45.015	63.537
Debêntures										
Principal	-	975.000	-	-	-	-	-	-	6.225	981.225
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	(20.393)	-	-	-	-	-	414	-	(19.979)
	<b>3.030.168</b>	<b>1.154.332</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.732)</b>	<b>43.132</b>	<b>430</b>	<b>186.897</b>	<b>4.397.227</b>

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2019, que totalizam o montante de R\$ 2.956.308:

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	158.353	(12.101)	146.252
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	466.202	(36.713)	429.489
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.120)	72.295
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	78.415	(6.121)	72.294
HSBC Brasil S.A.	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	325.485	-	325.485
Banco JP Morgan S.A.	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	162.450	-	162.450
							<b>1.269.320</b>	<b>(61.055)</b>	<b>1.208.265</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As dívidas em moeda estrangeira foram suportadas por garantias concedidas pela Matriz. As debêntures e o empréstimo bancário com o BNP não contêm garantias atreladas a dívida.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu *aging* de vencimento demonstrado abaixo:

<b>Vencimento</b>	<b>Nacional</b>	<b>Estrangeira</b>	<b>Derivativos</b>	<b>Debêntures</b>	<b>Total</b>
Circulante					
2021	25.238	1.743.619	61.055	4.387	1.834.299
	<u>25.238</u>	<u>1.743.619</u>	<u>61.055</u>	<u>4.387</u>	<u>1.834.299</u>
Não Circulante					
2022	221.216	-	-	-	221.216
2023	12.230	2.463.857	-	-	2.476.087
2024	2.645	-	-	198.778	201.423
2025	2.838	-	-	-	2.838
2026 até 2029	1.218	-	-	800.121	801.339
	<u>240.147</u>	<u>2.463.857</u>	<u>-</u>	<u>998.899</u>	<u>3.702.903</u>
Total	<u>265.385</u>	<u>4.207.476</u>	<u>61.055</u>	<u>1.003.286</u>	<u>5.537.202</u>

## 16.1. Condições restritivas (covenants)

### 16.1.1. UHE São Simão

Apenas as debentures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos à covenants financeiros, conforme quadro a seguir:

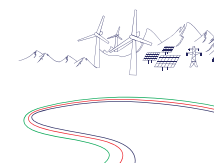
<b>Ano</b>	<b>Dívida Líquida / EBITDA</b>
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

Considera-se:

(a)“Dívida Líquida” com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

(b)“EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Os *covenants* financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16.1.2. Millennium

As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A foram:

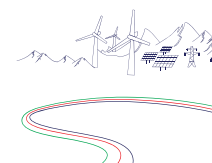
- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva - Nota Explicativa nº 9;
- Penhor de ações;
- Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos;
- Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL.

Adicionalmente, a distribuição de lucro da controlada não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB.

## 16.1.3. Vale dos Ventos

As principais garantias e cláusulas restritivas relacionadas ao contrato de financiamento da controlada Vale dos Ventos com o BNDES são as seguintes:

- Penhor de 100% do capital social da Companhia, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
- Penhor de 100% das receitas auferidas, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
- Penhor das máquinas e equipamentos no valor mínimo de R\$206.459;
- Não constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta-reserva o equivalente a três meses do serviço da dívida projetado (vide Nota Explicativa nº 9);
- Qualquer aumento do capital social será empenhado em favor do BNDES;
- Creditar e liquidar financeiramente dividendos ou juros sobre o capital próprio apenas a partir de 2013, exercício de 2012, se existir comprovação de:
  - Geração mínima de energia de 100.600 MWh nos últimos doze meses anteriores à pretendida distribuição de recursos;
  - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,0.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida com caixa acumulado de no mínimo 1,30 (somente os valores excedentes a este indicador poderão ser distribuídos).



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**O índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
a) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	32.291	32.245
(-) Imposto de renda	1.320	121
(-) Contribuição social	(341)	(464)
(+ / -) Variação de Capital de Giro	<u>(3.442)</u>	<u>(5.633)</u>
	29.828	26.269
b) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	16.659	15.123
(+) Pagamento de Juros	<u>4.270</u>	<u>6.116</u>
	20.929	21.239
<b>c) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (a) / (b)</b>	<b>1,425</b>	<b>1,237</b>

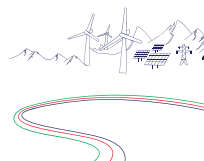
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
a) Saldo de caixa		
Caixa líquido ao final do ano referência (disponibilidades do ativo circulante)	43.204	32.799
b) Geração de caixa da atividade		
(+) EBITDA	32.291	32.245
(-) Imposto de renda	1.320	121
(-) Contribuição social	(341)	(464)
(+ / -) Variação de Capital de Giro	(3.442)	(5.633)
(-) Investimentos realizados	(316)	(388)
(+ / -) (resgates) Aportes das contas de reservas	<u>111</u>	<u>(77)</u>
	29.623	25.803
c) Serviço da Dívida		
(+) Amortização de Principal	16.659	15.123
(+) Pagamento de Juros	<u>4.270</u>	<u>6.116</u>
	20.929	21.239
<b>d) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no Ano Referência = (a + b) / c</b>	<b>3,48</b>	<b>2,76</b>

(1) EBITIDA = Lucro líquido (+/-) Resultado financeiro líquido (+/-) Provisão para IR/CS (+) Depreciações e amortizações (+/-) Outras receitas e despesas não operacionais.

(2) Variação de Capital de Giro = (Ativo circulante (-) Disponibilidade) - (Passivo circulante (-) Empréstimos).

**Compromissos financeiros - “Covenants”**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estavam em cumprimento dos termos dos *covenants*.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Arrendamentos

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 12 e demonstrado abaixo:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	15.846	2.802	-	(1.786)	16.862
Aluguéis de imóveis	27.431	5.911	-	(3.626)	29.716
(-) Ajuste a valor presente	(12.627)	(2.331)	2.644	-	(12.314)
<b>Total</b>	<b>30.650</b>	<b>6.382</b>	<b>2.644</b>	<b>(5.412)</b>	<b>34.264</b>
Circulante	2.698				3.593
Não Circulante	27.952				30.671
<b>Total</b>	<b>30.650</b>				<b>34.264</b>

## 18. Impostos a recolher

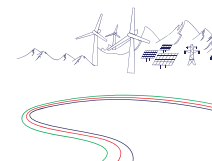
A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se encontra disposta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recolher	3	6	1.978	2.269
COFINS a recolher	20	34	9.062	10.398
IRPJ corrente a recolher	-	-	138.225	138.060
CSLL corrente a recolher	-	-	51.714	51.433
Outros tributos	161	23	1.790	1.677
	<b>184</b>	<b>63</b>	<b>202.769</b>	<b>203.837</b>

## 19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	14.968	10.023
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	888	928
MME - Ministério de Minas e Energia	222	464
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	262	262
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	9.583	8.599
	<b>25.923</b>	<b>20.276</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Provisões

### 20.1. Provisão provável

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Provisão ambiental	47	-
Provisão para descomissionamento	7.531	6.228
	<u>7.578</u>	<u>6.228</u>

#### **Ação Civil Pública (ACP) - 9519-51.2012.4.01.3803**

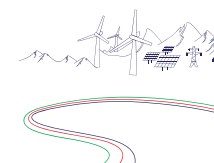
Trata-se de Ação Civil Pública proposta em 2012 pelo Ministério Público Federal (MPF) inicialmente em face da antiga concessionária (CEMIG) e de suposto ocupante irregular, de área afetada pela concessão da Usina. Em resumo, pretende o MPF que a área onde foi construída uma benfeitoria, sem qualquer autorização, seja desocupada e ambientalmente recuperada. A CEMIG foi incluída no polo passivo, vez que era a responsável pela fiscalização da área. O MPF requereu o pagamento de R\$ 30, a título de danos morais coletivos, e calculou provisoriamente o valor referente à recuperação ambiental em R\$ 30. A UHE São Simão Energia S.A. foi incluída no polo passivo em 2020 por ter sucedido a CEMIG nas obrigações atinentes à preservação da área de concessão.

#### **Provisões para desmantelamento**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$7.531 (R\$6.228 em 2019), refere-se à provisão para descomissionamento dos parques eólicos em contrapartida ao Imobilizado (Nota 13). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota 12).

O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.2. Provisão possível**

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	8.473	5.775
	<b>8.473</b>	<b>5.775</b>

**Ação Anulatória (IPTU) - 5588271-16.2019.8.09.0173**

Em junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942. Ao final do procedimento administrativo, a Companhia recebeu em 6 de setembro de 2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R\$ 5.775. Em 27 de setembro de 2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A Companhia ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. O Município apresentou sua defesa e atualmente os autos encontram-se em fase de instrução. Em 30/07/2020, a autoridade fiscal municipal de São Simão/GO realizou novo lançamento de IPTU, referente ao ano de 2020, no valor de R\$ 2.698. Considerando que a decisão liminar para suspensão da execução da dívida tributária abarcava débitos pretéritos e futuros, a UHE São Simão Energia S.A. apresentou carta fiança complementar, com consequente suspensão também dessa parcela. Enquanto a liminar permanecer em vigor, a Companhia não será compelida ao pagamento do IPTU.

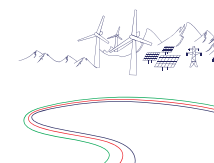
**21. Impostos diferidos**

A composição dos impostos diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Consolidado			
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	4.924	3.161	144.092	76.293
CSLL	1.773	1.138	51.873	27.466
	<b>6.697</b>	<b>4.299</b>	<b>195.965</b>	<b>103.759</b>

Os saldos de ativos diferidos líquidos de passivos refletem os efeitos fiscais na controlada Vale dos Ventos.

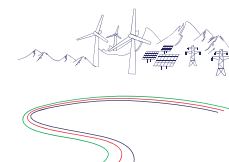
Os saldos de passivos diferidos líquidos de ativos refletem os efeitos fiscais nas controladas UHE São Simão e Millennium.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Prejuízos Fiscais</b>	25.595	27.613	-	-	(2.018)	(1.746)	-	-
<b>Base negativa da contribuição social</b>	9.214	9.940	-	-	(726)	(630)	-	-
	<u>34.809</u>	<u>37.553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.744)</u>	<u>(2.376)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Adições temporárias	(34.846)	(36.260)	34.014	38.442	5.843	(42.953)	-	-
Ativo financeiro	-	-	233.923	147.227	(86.696)	(62.877)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	54.609	56.949	-	-	(2.340)	50.107	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	-	23.021	1.236	-	-	-	24.257	(22.885)
Instrumentos financeiros - Debêntures	14.071	2.117	-	-	11.954	2.117	-	-
Amortização Capex Melhorias	11.262	2.829	-	-	8.433	2.829	-	-
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<u>45.096</u>	<u>48.656</u>	<u>269.173</u>	<u>185.669</u>	<u>(62.806)</u>	<u>(50.777)</u>	<u>24.257</u>	<u>(22.885)</u>
<b>Total bruto</b>	<u>79.905</u>	<u>86.209</u>	<u>269.173</u>	<u>185.669</u>	<u>(65.550)</u>	<u>(53.153)</u>	<u>24.257</u>	<u>(22.885)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(73.208)	(81.910)	(73.208)	(81.910)				
<b>Total</b>	<u>6.697</u>	<u>4.299</u>	<u>195.965</u>	<u>103.759</u>				



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. CAPEX melhorias**

A partir da aprovação do projeto de modernização, ocorrido em reunião do Board da Companhia em dezembro de 2019 a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa nº 14 e demonstrado abaixo:

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Atualização financeira</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Provisão CAPEX melhorias	1.179.281	-	(5.500)	(64.870)	1.108.911
(-) Ajuste a valor presente	(357.918)	70.250	-	-	(287.668)
<b>Total</b>	<b>821.363</b>	<b>70.250</b>	<b>(5.500)</b>	<b>(64.870)</b>	<b>821.243</b>
Circulante	35.178				99.336
Não Circulante	786.185				721.907
<b>Total</b>	<b>821.363</b>				<b>821.243</b>

**23. Patrimônio líquido**

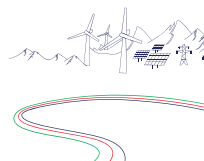
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social autorizado da Companhia é de R\$1.630.507, representado por 1.630.507 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

**a. Destinação dos lucros:**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Lucro a ser destinado:</b>		
Lucro líquido apurado no exercício	225.676	252.685
Constituição da reserva legal - 5%	(11.284)	(12.478)
	<b>214.392</b>	<b>240.207</b>
<b>Destinação do lucro:</b>		
Dividendos	53.598	59.267
Reserva de lucros	160.794	180.940
	<b>214.392</b>	<b>240.207</b>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de dividendos a receber e a pagar aberto por acionista é composto conforme abaixo:

	% Participação	Dividendos a receber			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Acionistas</b>					
UHE São Simão	51%	118.509	58.584	-	-
		<b>118.509</b>	<b>58.584</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	% Participação	Dividendos a pagar			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Acionistas</b>					
SPIC Green Energy Ltda	100%	165.826	113.608	165.826	113.608
ZHEJIANG Energy Brazil holding Limited	35%	-	-	81.330	40.204
ZLCFB - Hong Kong international investment	7%	-	-	16.266	9.951
CPD Energy investment Co. limited	7%	-	-	16.266	9.951
		<b>165.826</b>	<b>113.608</b>	<b>279.688</b>	<b>173.714</b>

**b. Outros resultados abrangentes**

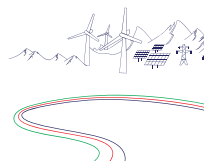
O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

**24. Resultado por ação**

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	225.676	252.685
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	1.630.507	1.630.507
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1384	0,1550

## 25. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

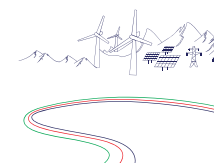
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA.

d) Receita de O&M – Operação e Manutenção e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento mercado livre	-	-	510.260	545.340
Energia de curto prazo	-	-	16.769	20.945
Receita RBO	-	-	898.041	850.753
Receita de O&M	-	-	453.695	364.902
Outras receitas operacionais (i)	13.000	-	13.272	3.054
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>13.000</b>	<b>-</b>	<b>1.892.037</b>	<b>1.784.994</b>
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
ICMS	-	-	(33)	-
PIS/COFINS	(884)	-	(174.681)	(165.111)
ISS	(650)	-	(650)	-
	<b>(1.534)</b>	<b>-</b>	<b>(175.364)</b>	<b>(165.111)</b>
Encargos do consumidor				
P&D	-	-	(13.154)	(13.025)
TFSEE	-	-	(3.811)	(3.965)
CFURH	-	-	(57.465)	(49.298)
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(74.430)</b>	<b>(66.288)</b>
<b>Total deduções da receita operacional</b>	<b>(1.534)</b>	<b>-</b>	<b>(249.794)</b>	<b>(231.399)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.466</b>	<b>-</b>	<b>1.642.243</b>	<b>1.553.595</b>

(i) refere-se aos gastos integrais na controladora com serviços diversos para aquisição da controlada UHE São Simão em 2017 e cobrados em 2020 dos sócios minoritários detentores de 49% do controle na controlada UHE São Simão.

## 26. Nota de gastos

	Controladora			
	2020		2019	
	Gerais e Administrativas	Total	Gerais e Administrativas	Total
Pessoal e Administradores	2.914	2.914	48	48
Material	444	444	15	15
Serviços de terceiros	19.508	19.508	4.691	4.691
Aluguéis e arrendamentos	-	-	24	24
Outras	3.230	3.230	1.517	1.517
<b>Total</b>	<b>26.096</b>	<b>26.096</b>	<b>6.295</b>	<b>6.295</b>

	Consolidado					
	2020			2019		
	De operação	Geral e Administrativa	Total	De operação	Geral e Administrativa	Total
Energia elétrica comprada para revenda	15.447	-	15.447	27.439	-	27.439
Encargos de uso do sistema de distribuição	189.800	-	189.800	166.381	-	166.381
Pessoal e Administradores	25.832	39.536	65.368	26.484	33.737	60.221
Material	3.083	907	3.990	9.451	492	9.943
Serviços de terceiros	29.475	42.857	72.332	40.168	23.036	63.204
Depreciação	15.020	832	15.852	15.004	671	15.675
Amortização	95.234	3.125	98.359	68.745	1.901	70.646
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	30	163	193	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	167	2.342	2.509	562	1.847	2.409
Perdas na desativação de bens	-	-	-	170	-	170
Outras	7.537	6.801	14.338	9.781	8.510	18.291
<b>Total</b>	<b>381.625</b>	<b>96.563</b>	<b>478.188</b>	<b>364.185</b>	<b>70.194</b>	<b>434.379</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

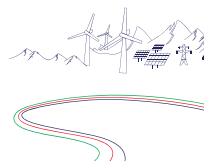
## 27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	6.279	6.122	23.510	28.208
Multa e juros s/ energia vendida	-	-	1.704	828
Descontos Obtidos	-	-	221	-
Outros juros e variações monetárias	289	186	1.004	2.172
Outras receitas financeiras	1	-	1	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(304)	(294)	(1.697)	(2.138)
<b>Receitas financeiras total</b>	<b>6.265</b>	<b>6.014</b>	<b>24.743</b>	<b>29.070</b>
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(291)	(186)	(285.846)	(389.601)
Debêntures	-	-	(37.069)	(5.436)
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(72.893)	(8.519)
Atualização P&D	-	-	(221)	(325)
Provisão para descomissionamento	-	-	(1.302)	(395)
Outras despesas financeiras	(2)	(17)	(705)	(441)
<b>Despesas financeiras total</b>	<b>(293)</b>	<b>(203)</b>	<b>(398.036)</b>	<b>(404.717)</b>
Variação monetária/cambial líquida				
Variação monetária	-	(95)	(34.720)	(5.249)
Variação cambial	-	-	(33.455)	(3.974)
<b>Total variação monetária/cambial líquida</b>	<b>-</b>	<b>(95)</b>	<b>(68.175)</b>	<b>(9.223)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>5.972</b>	<b>5.716</b>	<b>(441.468)</b>	<b>(384.870)</b>

## 28. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	<b>254.488</b>	<b>244.666</b>
IRPJ - Corrente	137.455	139.150
CSLL - Corrente	51.482	52.363
IRPJ - Diferido	48.199	39.085
CSLL - Diferido	17.351	14.068
	<b>254.487</b>	<b>244.666</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	225.676	214.243	722.586	734.346
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(76.730)	(72.843)	(245.679)	(249.678)
Equivalência Patrimonial	79.673	73.040	-	-
Imposto diferidos não constituído (a)	(2.922)	(86)	(2.922)	(86)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
JSCP	-	-	1.767	-
Doações	(20)	-	(1.371)	(1.020)
Compensação de Prejuízo Fiscais	-	-	3.238	2.165
Adições Permanentes	(1)	(111)	48.165	50.899
Incentivos fiscais				
Lei Rouanet	-	-	2.800	3.000
Lucro da Exploração	-	-	3.036	2.085
Inovação Tecnológica - P&D	-	-	686	860
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	342	262
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	-	-	1.001	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	<b>(188.937)</b>	<b>(191.513)</b>
			-26,15%	-26,08%

(a) Imposto diferido não constituído na controladora e na controlada PHB por não haver previsão de utilização

## 29. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

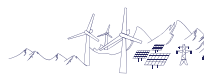
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

### a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.





Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

## c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

## d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

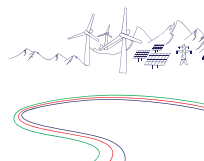
	Controladora					31/12/2019
	31/12/2020					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	150	-	-	-	150	154
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	122.140	-	122.140	91.397
Partes relacionadas	-	-	10.790	-	10.790	15.302
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-
Provisão - Capex melhorias	-	-	-	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>-</b>	<b>132.930</b>	<b>-</b>	<b>133.080</b>	<b>106.853</b>
	Consolidado					31/12/2019
	31/12/2020					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total	
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	38.948	-	-	-	38.948	27.791
Empréstimos e financiamentos	9.646	1.763.599	2.902.782	800.121	5.476.147	4.538.898
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	122.140	-	122.140	91.397
Partes relacionadas	-	-	11.734	-	11.734	8.838
Arrendamentos e aluguéis	870	2.723	23.144	7.527	34.264	30.650
Provisão - Capex melhorias	15.552	83.784	515.126	206.781	821.243	821.363
Derivativos	-	61.055	-	-	61.055	160.372
<b>Total</b>	<b>65.016</b>	<b>1.911.161</b>	<b>3.574.926</b>	<b>1.014.429</b>	<b>6.565.531</b>	<b>5.679.309</b>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2020		31/12/2019		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	335.733	335.733	222.553	222.553	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	122.140	122.140	91.397	91.397	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	63	63	-	-	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos com partes relacionadas	122.140	122.140	91.397	91.397	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	10.790	10.790	15.302	15.302	Custo amortizado
Fornecedores	150	150	154	154	Custo amortizado
	Consolidado				Categoria
	31/12/2020		31/12/2019		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.032.364	1.032.364	684.415	684.415	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	58.208	58.208	62.659	62.659	Custo amortizado
Ativo financeiro	5.936.328	5.936.328	5.681.340	5.681.340	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos circulantes	10.334	10.334	6.551	6.551	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	487.935	487.935	141.391	141.391	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	781.385	781.385	233.421	233.421	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais e cauções	10.303	10.303	10.171	10.171	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Financiamentos e empréstimos	1.801.451	1.801.451	1.253.510	1.253.510	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	2.671.410	2.671.410	2.319.120	2.319.120	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Debêntures	1.003.286	1.003.286	966.268	966.268	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	122.140	122.140	91.397	91.397	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.811	2.811	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	61.055	61.055	157.561	157.561	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	34.264	34.264	30.650	30.650	Custo amortizado
Partes relacionadas	11.734	11.734	8.838	8.838	Custo amortizado
Fornecedores	38.948	38.948	27.791	27.791	Custo amortizado



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### *Hierarquia de valor justo*

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020 montam em R\$ 4.207.476 (R\$ 3.291.879 em 31 de dezembro de 2019).

De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

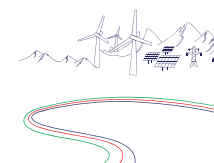
A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

<b>Contratos em aberto</b>	<b>Encargos dos empréstimos</b>	<b>Taxa prefixada do swap</b>	<b>Notional R\$</b>	<b>Valor justo R\$</b>
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.854.575	720.330
Vencimento em três anos – Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.101.733	487.935

### *Análise de sensibilidade*

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

## UHE São Simão

### Derivativo Fair Value Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Financiamento	1.128.523	CDI + 1,85%	57.711	60.029	62.344	64.656	66.965

### Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Financiamento	1.866.825	11,48%	589.313	602.450	615.586	628.723	641.859

### Debenture Infra

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Tranche 1	820.001	IPCA + 3,54%	419.646	436.458	453.249	470.019	486.769

### Debenture

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Tranche 2	200.773	CDI + 0,58%	37.204	39.206	41.204	43.201	45.195

### Syntetic Loan

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Financiamento	204.448	5,04%	22.547	23.381	24.214	25.047	25.881

### Millennium

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Financiamento BNB	13.711	FNE – 9,50%	3.499	3.593	3.686	3.779	3.871

### Vale dos Ventos

Operação	Saldo em		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	31/12/2020	Taxa	(-0,5)	(-0,25)	(provável)	(+0,25)	(+0,5)
Financiamento BNDES	47.510	TJLP – 7,43%	4.413	4.560	4.706	4.853	5.000



### 30. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém as seguintes apólices:

D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2020 a 08/11/2021, com cobertura total de R\$ 30.000 e com vigência de 30/11/2020 a 30/11/2021 cobertura de R\$ 20.000.

Responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, com cobertura total de R\$ 50.000 e com vigência 30/11/2020 a 30/11/2021 com cobertura de R\$ 20.000.

Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 09/05/2020 a 09/05/2021, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R\$ 1.348.165 limitado a R\$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes e com vigência de 30/11/2020 a 30/11/2021 no valor de R\$ 60.751

### 31. Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2021 houve a conclusão da entrada do Grupo SPIC Brasil, com participação minoritária, no complexo de térmicas da Gás Natural Açú, sendo:

(i) Aquisição direta de participação acionária em UTE GNA I Geração de Energia S.A., por meio da celebração, em 07 de agosto de 2020, de contrato de compra e venda de ações com Gás Natural Açú Infraestrutura S.A e Siemens Participações Ltda., para aquisição de 611.029.317 ações da UTE GNA I, que representam 33,33% do seu capital social, tendo como compradora a SPIC Brasil Energia Participações S.A., sendo os valores envolvidos confidenciais nos termos do Contrato firmado; e

(ii) Subscrição de ações da UTE GNA II Geração de Energia S.A, por meio de sua controlada SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A, que nos termos do Acordo de Subscrição celebrado em 07 de agosto de 2020 com Gás Natural Açú S.A, Prumo Logística S.A., Gás Natural Açú Infraestrutura S.A e Siemens Participações Ltda., se comprometeu a subscrição de ações da UTE GNA II que representarão 33,33% do seu capital social. O boletim de subscrição foi assinado em 28 de janeiro de 2021, com a subscrição de 1.471 ações ordinárias ao valor de R\$ 190.346,70 por ação, totalizando R\$280.000.000,00, cuja integralização ocorrerá em data futura ainda a ser definida.

#### Composição da Diretoria

Adriana Waltrick  
Diretora Geral

Paulo Dutra  
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza  
Contadora  
CRC - 1SP145065/O-9

